



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento, “Implantação do Sistema Integrado Metropolitano – SIM e de Veículo Leve sobre Trilhos – VLT da Região Metropolitana da Baixada Santista – RMSB – Fase 2 – Trecho Conselheiro Nébias – Valongo”, de responsabilidade da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo - EMTU, realizada no dia 27 de agosto de 2015, na cidade de Santos/São Paulo.

Realizou-se no dia 27 de agosto de 2015, às 17:00 horas, no Instituto de Educação e Cultura UNIMONTE (Auditório do Bloco B5), Rua comendador Martins, 52, bairro Vila Mathias, na cidade de Santos/SP, a audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento **“Implantação do Sistema Integrado Metropolitano – SIM e de Veículo Leve sobre Trilhos – VLT da Região Metropolitana da Baixada Santista – RMSB – Fase 2 – Trecho Conselheiro Nébias – Valongo”**, de responsabilidade da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo – EMTU (Processo 089/2013). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do CONSEMA, **Germano Seara Filho**, declarou que, em nome da Secretária de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, **Patrícia Iglecias**, saudava e dava boas vindas aos representantes dos Poderes Executivo e Legislativo e Judiciário, nas pessoas do Ilustríssimo Senhor **Nelson Gonçalves de Lima Júnior**, Secretária de Desenvolvimento do Município de Santos; da Ilustríssima Senhora **Débora Bastos Dias**, Diretora do Escritório de Gestão de Projetos do Gabinete do Prefeito do Município de Santos e do Ilustríssimo Senhor **Murilo Barletta**, Vereador do Município de Santos; dos órgãos públicos, na pessoa do Ilustríssimo Senhor **Bechara Abdala**, Presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos; das organizações não-governamentais; da Polícia Militar do Estado de São Paulo; entidades ambientalistas, enfim, dava boas-vindas a todas as pessoas que vieram participar da audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento **“Implantação do Sistema Integrado Metropolitano – SIM e de Veículo Leve sobre Trilhos – VLT da Região Metropolitana da Baixada Santista – RMSB – Fase 2 – Trecho Conselheiro Nébias – Valongo”**, de responsabilidade da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo – EMTU (Processo 089/2013). Declarou que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente–CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual de Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indica o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos para que opinem, formulem indagações, ofereçam contribuições, sugestões e críticas e tudo o que possa contribuir para a melhoria dos estudos, projetos ou propostas apresentadas. Esclareceu ainda que seu papel nas audiências é completamente isento, e sua função tão-somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra, de modo a garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo democrática e organizadamente. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação **CONSEMA NORMATIVA 01/2011** para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrassem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados pela empresa de consultoria responsável. Explicou que, imediatamente após, fariam uso da palavra àqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

um deles a até cinco minutos, seguidos por autoridades que representam o Poder Executivo; em seguida, daquelas que representam o Poder Legislativo. Explicou que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em último lugar é porque somente assim lhes é possibilitado manifestarem-se acerca das críticas, elogios e sugestões feitos pelos diferentes segmentos da sociedade que antes deles tenham feito uso da palavra, podendo assim opinar ou oferecer esclarecimentos acerca daquilo que eventualmente os pontos de vista expostos tenham suscitado. O **Secretário-Executivo** reiterou que só poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse, e que, portanto, assim procedessem aqueles que o desejassem, mas que ainda não houvessem se inscrito. Antes de passar para a primeira etapa, o **Secretário-Executivo** referiu-se à constituição da Mesa Diretora dos Trabalhos, a ser por ele presidida, e da qual participariam também dois representantes do CONSEMA – eleitos entre os que estivessem presentes – e um representante do Setor de Licenciamento Ambiental da CETESB, no caso do Eng. Rodrigo Passos Cunha, Gerente de Divisão de Avaliação de Empreendimento de Transporte. Este representante da CETESB informou que esse processo de licenciamento se encontrava em sua primeira etapa – a do licenciamento prévio –, momento em que os técnicos da CETESB analisam detalhadamente os dados fornecidos pelos estudos e análise que compõem o EIA/RIMA. Acrescentou que, com base nesses dados, será elaborado o Parecer CETESB, que atestará ou não a viabilidade ambiental do empreendimento. Este Parecer da CETESB será encaminhado ao CONSEMA, que no âmbito de suas competências vai deliberar sobre a aprovação do mesmo. Passou-se à etapa em que foram apresentados, pela representante do empreendedor, o projeto, e, pela representante da empresa de consultoria, o EIA/RIMA. A representante do empreendedor, **Cristiane Profit Diaz**, Gerente do Departamento de Projeto da EMTU, apresentou as principais características da Região Metropolitana da Baixada Santista formada por nove municípios, onde o sistema VLT será inserido. Informou que a população fixa dessa região gira em torno de 1 milhão e 800 mil habitantes, e, em período de férias, ao redor de 2,8 milhões de habitantes. Sobre a mobilidade urbana, informou que 54% dessa população é motorizada, e dentre elas 62 % utiliza o transporte coletivo da EMTU e pelos sistemas municipais. Acrescentou que, entre os objetivos e premissas que orientam esse projeto, incluem-se: 1) atender o crescimento que a demanda da Região Metropolitana da Baixada Santista apresenta; 2) aumentar o grau de confiabilidade do sistema, melhorando a regularidade e o nível de conforto, sempre pensando em implementar a integração das redes metropolitanas e municipais, e implantar um novo modal com operação limpa e sem emissão de poluentes. Esclareceu que, entre as ações previstas, foi incluída a implantação do VLT de alta capacidade que atua como “troncalizador” do sistema, alimentado pelo sistema de ônibus e outros sistemas do município. Apresentou o traçado do Sistema Integrado Metropolitano - SIM com o auxílio da projeção de mapas. Em relação à demanda e à infraestrutura, tem-se, atualmente o Trecho 1 do VLT em obras que se estende de Barreiros ao Porto, e o Trecho 2, que vai de Conselheiro Nébias a Valongo, que é o objeto dessa audiência. Estima-se que os dois trechos juntos atenderão 70 mil passageiros/dia útil, e, quando for construído o Trecho 3 – de Barreiros a Samaritá –, serão atendidos 98,2 mil passageiros/dia útil. Essa infraestrutura, quando completa, somará 26,5 km, quatro terminais, duas estações de transferência e 28 estações de embarque/desembarque. O sistema contará com 33 VLTs ao todo, com capacidade para 400 passageiros. No que tange às alternativas locais já estudadas para esse Trecho Conselheiro Nébias – Valongo, partiu-se da consolidação



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

do traçado construído em 2009, segundo o qual o VLT subia para o Centro e descia; sentido praia, pela Avenida Conselheiro Nébias; sentido centro; pela General Câmara, passava pela Rua do Comércio e voltava pela Amador Bueno; e um dos pontos solicitados, que se encontra em estudo juntamente com a Prefeitura do Município de Santos, é que se mantivesse a característica viária da Conselheiro Nébias e se tentasse não passar pela Rua do Comércio, que é uma importante rua histórica para o Município. Então, observou que o estudo, elaborado em 2003, atendia também aos Planos Municipais de Requalificação da área do mercado, que gerou a oportunidade de se examinar a subida do traçado pela Avenida Campos Mello, e não pela General Câmara, sentido Centro, e pela João Pessoa, voltando pela Amador Bueno e descendo sentido praia pela Conselheiro Nébias, que possui uma rede de distribuição de alta pressão COMGÁS, que teria, com vistas à instalação do VLT, ser removida e com alto custo. Passou-se a trabalhar, observou, com a terceira alternativa que se desenvolveu hoje, que é a que sobe pela Avenida Campos Mello, João Pessoa, e volta, pela Amador Bueno. Essa alternativa de traçado acaba por atender a universidade, hospitais, abrangendo uma área maior de atendimento territorial. Essa alternativa foi desenvolvida também com o objetivo de minimizar o impacto nas áreas a serem causadas pela desapropriação, que significaria, antes de tudo, um impacto nas edificações históricas e sempre observando os níveis de tombamento das edificações, atendendo ao polo gerador de viagem, que é o Centro de Santos – o maior destino dos passageiros – e compatibilizando com os projetos em desenvolvimento pela Prefeitura. Passou a explicar as características do trecho que possui 8 km de extensão e que será percorrido, em média, em 25 minutos. Descreveu os equipamentos e infraestrutura que compõem o VLT dentre os quais destacou: sistemas de telecomunicações, bilhetagem-arrecadação, e o semaforico. Quanto aos benefícios de implantação do VLT destacou: alto padrão de conforto, segurança e confiabilidade, redução das emissões atmosféricas, economia de tempo nos deslocamentos e maior atratividade para os usuários e requalificação das atividades locais. Discorreu sobre a economia energética ser 2,6 vezes menor do que o que se consome com a utilização de ônibus. **Walter Faria**, gerente do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental da Walm Engenharia e Tecnologia Ambiental Ltda. empresa de consultoria responsável pela elaboração dos estudos ambientais, apresentou uma síntese do EIA/RIMA, precisamente dos motivos da escolha da localização, da capacidade pretendida para o empreendimento quando de sua plena operação, dos impactos que ele promoverá, principalmente nos recursos hídricos e nos meios físico, biótico e antrópico, e acerca das medidas de mitigação que serão implementadas com o objetivo de preveni-los ou mitigá-los. **Paulo Sergio Correia** disse que seu objetivo na audiência pública era de formular três perguntas, sendo: a primeira - se o idoso acima de 65 anos, terá direito ao transporte gratuito; a segunda - qual será a nova localização da feira de sexta-feira que acontece entre a Avenida Rodrigues Alves e a Rua João Guerra; e a terceira – seria possível acatar a sugestão de que o trajeto de volta do VLT projetado para acontecer pela Rua Amador Bueno, ocorra pela Avenida São Francisco por ser mais larga. **Carlos Alberto Pizzoli** perguntou sobre a possibilidade do VLT passar pelo lado pelo lado direito da Rua da Constituição e não pelo lado esquerdo conforme o projeto, porque desse lado concentram-se o maior número de pequenos comércios. **Carlos Alberto Henriques** questionou como o cliente terá acesso a loja que é de sua propriedade desde 1986, sendo que o VLT passará em frente do seu estabelecimento. Questionou de que forma os caminhões descarregarão as mercadorias da loja. Observou que tal dificuldade também ocorrerá em frente da Universidade



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

UNIMES. **Paulo Marques de Oliveira**, comerciante da Avenida Amador Bueno, apresentou a mesma sugestão daquele que o antecedeu. Passou-se a etapa na qual se manifestam os representantes do poder executivo. **Débora Blanco Bastos Dias**, Diretora do Escritório de Gestão dos Projetos do Gabinete do Prefeito de Santos, lembrou que desde 2013, época em que a Secretaria de desenvolvimento Urbano e a CET promoveu um debate sobre questões que envolviam a cidade, questões sobre mobilidade urbana têm sido discutidas. Disse que conseguiram que a EMTU revise a questão do traçado anteriormente proposto, por algumas questões, que passou a destacar: - de que a cidade tem espaços degradados, no entanto, o cenário de hoje é muito diferente do passado; - nesse primeiro momento esse transporte virá dentro da Ilha de São Vicente, mas num segundo momento será estendido para para todo o litoral sul e também a Ponta da Praia, englobando as duas principais avenidas, que são polos atrativos de emprego, saúde e educação que é a Ana Costa e a Conselheiro. Então, nesse sentido, a intenção, a intenção é que o novo traçado dê conta de atender à demanda ao mesmo tempo do transporte rodoviário e ferroviário. **Bechara Abdalla**, presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos – CONSEPASA, afirmou que não se trata apenas de um projeto para um modal de média capacidade para trazer confiabilidade, rapidez e segurança ao sistema mas, principalmente, indutor de transformações urbanas muito importantes, uma vez que promoverá a revitalização da área por onde passar, e nesse sentido, observou ter sido acertada a escolha da alternativa três para fazer a conexão do eixo troncal da Afonso Pena, Francisco Glicério com o centro histórico, utilizando o binário Campos Mello e Constituição. Relatou que o sistema atravessará vamos passar por áreas estratégicas; áreas que precisam ser requalificadas; espaços urbanos que hoje estão lá colocados, como por exemplo, a área da região do Mercado Municipal, que, sem dúvida, terá um grande atrativo devido a transformação que o empreendimento proporcionará, também ao polo universitário, que é extremamente forte na Baixada Santista, principalmente, na cidade de Santos. Dissertou sobre o ganho ambiental e também relacionado a conservação do patrimônio cultural, principalmente para o Centro Histórico, impulsionando o Programa “Alegra Centro”, que é a área do conjunto arquitetônico protegido; o bairro do Paquetá e o bairro do Valongo, áreas a serem reocupadas por verticalização. Passou-se a manifestação dos representantes do Poder Legislativo. O vereador **Murilo Barletta** e membro da Comissão de Transportes da Câmara de Santos disse ser um defensor intransigente da primeira etapa do VLT, porém frontalmente contra essa opção que foi adotada pela Prefeitura de Santos, e colocada para a EMTU de realizar o estudo da ligação com o Centro, via Francisco Glicério, Conselheiro Nébias. Desde a primeira audiência pública, em janeiro de 2013, na Ação Comercial, disse que já havia se posicionado frontalmente contra, e graças talvez aos debates que havia provocado conseguiu retirar do projeto, o VLT da histórica Rua do Comércio e do Valongo, que também não tinha condições para recebê-lo. Disse ter conseguido também, tirar da Avenida General Câmara, e acreditava que conseguira, também com a Comgás, tirá-lo da Avenida Conselheiro Nébias. Disse que a opção do trajeto até o Centro, pela Francisco Glicério, é errado. Ratificou que sua proposta é ligar todo o litoral sul, Praia Grande e São Vicente, ao centro de Santos, pela Zona Noroeste que, em sua opinião, seria o trajeto mais viável, e que deveria ser objeto de um estudo. O impacto que o VLT nesta etapa da Francisco Glicério ao Centro vai fazer na cidade. Disse que a colocação dos três comerciantes da Constituição, que o antecederam lhe deixou bastante preocupado. Afirmou que 80% das vias da Constituição são muito estreitos, sendo assim, causará



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

um grande impacto para o estacionamento de veículos, carga e descarga, embarque e desembarque de passageiros. Disse que deveria estar em discussão a lei de Uso e Ocupação do solo e não o corredor com VLT, mas sim nos corredores de ônibus já existentes. Por incrível que pareça, observou que o VLT passará ao lado de dezenas de linhas de ônibus, o que é um contrassenso. Passou-se a etapa em que se manifestam os representantes dos órgãos públicos. **Nelson Gonçalves de Lima Júnior** disse sentir-se satisfeito em poder participar da discussão de uma obra há tanto tempo esperada pela cidade, por outro lado, faria um contraponto ao colega vereador, por quem nutria grande admiração, mas que permitiria discordar, porque essa discussão já teria sido conduzida por vários grupos técnicos da Prefeitura e da EMTU. Disse que a EMTU foi extremamente receptiva às solicitações porque o que se mostrou foi um cenário de oportunidades para a cidade, até então não encontrado. Houve oportunidade de revisar a lei de uso e ocupação do solo, com autonomia para proposições, colocada pelo prefeito, que deu liberdade a uma equipe técnica tendo apenas como objetivo pensar no melhor para a implantação do VLT, uma oportunidade muito grande de unir as questões que envolvem o percurso e o uso desejado. Nessa cidade, o mercado da construção civil não produz nada em relação à habitação de mercado popular, que é na faixa até dez salários mínimos, e há um grande contingente de recursos na Caixa Econômica Federal esperando os proponentes. E nós não temos uma unidade em valores no mercado que possa atender a essa demanda, essas pessoas vão embora da cidade, vão para os outros municípios, mas mantêm aqui, como bem explicou a Débora, os postos de trabalho basicamente no eixo Norte/Sul, entre as avenidas Conselheiro Nébias e Ana Costa. O VLT, que passa próximo a essa região, nos permitiu pensar nessa revisão da lei de uso e ocupação de solo, num formato de produto que atendesse à ambientação de mercado popular e mais ao Centro a Habitação de Interesse Social - HIS. Só isso já seria suficiente para nós justificarmos a escolha, no entanto, como bem foi apresentada aqui, existem vários outros aspectos que justificam essa escolha. Disse entender, com clareza, as preocupações de todos os senhores do comércio que colocaram situações pontuais que, não tenha dúvida, devem sim ser analisadas, não tenha dúvida, sobretudo as pessoas que estão aí há 20, 30 anos, elas não podem ser esquecidas de forma nenhuma. Afirmou ter certeza de que serão encontradas algumas alternativas, visto que o processo não começou agora, mas sim em meados de 2000. Disse que a Secretaria trabalha com um grupo intersecretarial, e que a audiência pública servirá para colher contribuições, como existem as contribuições dos conselhos e do CMDU. Passou-se a etapa das réplicas. **Cristiane Profit Diaz**, Gerente do Departamento de Projeto da EMTU esclareceu que: - o Estado cumprirá a legislação normal de gratuidade de tarifa para os idosos, então é mantida a gratuidade; - serão estudadas alternativas para solucionar a questão da feira na região será da Conselheiro; - sobre o retorno pela Amador Bueno, explicou tratar-se de uma rua muito importante para o sistema por tratar-se de uma conexão com o terminal Valongo, onde ocorrerá a integração do VLT com as linhas de ônibus. A melhor opção existente hoje é, de fato, pela Amador Bueno; - embora se tenha feito uma alteração no comércio local da Rua da Constituição, o VLT não impedirá o acesso a todos os lotes, estacionamentos, restaurantes. O acesso continuará a ser feito, independentemente da via estar implantada, porque a via do VLT é compartilhada com o tráfego comum. O que deverá feito é um novo estudo em conjunto com a Prefeitura, sobre a legislação municipal para carga e descarga em um horário alternativo. Para os lotes que não têm acesso para entrada de caminhão, e são os lotes menores, deverão ser estudadas



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

alternativas. Afirmou que existe uma discussão contínua com a Prefeitura e estudos preliminares de um sistema para área Noroeste, correspondente a Nossa Senhora de Fátima, Emmerick, em complementação ao sistema como um todo. Espero que tenha respondido, esclarecido todos os questionamentos. **Walter Faria**, gerente do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental da Walm Engenharia e Tecnologia Ambiental Ltda, disse não ter identificado nenhum questionamento mais enfático da questão ambiental, mas independente disso, independente desse evento, acentuou que a equipe do projeto continuará à disposição para esclarecer ou detalhar as informações contidas no EIA. O **Secretário-Executivo** do CONSEMA, **Germano Seara Filho**, esclareceu que todo e qualquer interessado teria ainda o prazo de cinco (5) dias úteis, contados da data desta audiência, para enviar contribuições ou sugestões que tenham por finalidade o aperfeiçoamento do projeto, diretamente à CETESB, seja por meio eletrônico, seja protocolizando-as no órgão para tanto destinado. E, em nome da Secretária de Estado do Meio Ambiente, **Patricia Iglecias**, agradeceu a presença de todos, após o que declarou encerrados os trabalhos desta reunião. Eu, **Paula Frassinete de Queiroz Siqueira**, lavrei e assino a presente ata.